



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



PROJETO DE LEI Nº 295, DE 16 DE Junho DE 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO  
Em 14 de 06 de 2018  
1º Secretário

Altera a denominação do cargo que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A denominação do cargo de Educador Social, prevista na Lei nº 15.964, de 06 de junho de 2006, fica alterada para “Agente de Segurança Socioeducativo”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018.

**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



## JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem a finalidade de alterar a nomenclatura do cargo de Educador Social para Agente de Segurança Socioeducativo.

A nomenclatura mencionada atende melhor a função exercida pelos mesmos que zelam pela integridade física, mental e emocional dos adolescentes em regime de internação e semiaberto; atuam no processo de reinserção social deles, garantem a integridade do patrimônio e a segurança dos servidores em exercício nas unidades de atendimento e asseguram o cumprimento das medidas socioeducativas.

**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO

**Nº 2018002748**

Data Autuação: 14/06/2018

**Projeto :** 295 - AL  
**Origem:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
**Autor:** DEP. DIEGO SORGATTO  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** LEI ORDINÁRIA  
**Assunto:**  
ALTERA A DENOMINAÇÃO DO CARGO QUE ESPECIFICA



2018002748



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



PROJETO DE LEI Nº 295, DE 16 DE Junho DE 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA  
E EDUCAÇÃO  
Em 14 de 06 de 2018  
1º Secretário

Altera a denominação do cargo que especifica.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS**, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A denominação do cargo de Educador Social, prevista na Lei nº 15.964, de 06 de junho de 2006, fica alterada para "Agente de Segurança Socioeducativo".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA**, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 2018.

**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



## JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem a finalidade de alterar a nomenclatura do cargo de Educador Social para Agente de Segurança Socioeducativo.

A nomenclatura mencionada atende melhor a função exercida pelos mesmos que zelam pela integridade física, mental e emocional dos adolescentes em regime de internação e semiaberto; atuam no processo de reinserção social deles, garantem a integridade do patrimônio e a segurança dos servidores em exercício nas unidades de atendimento e asseguram o cumprimento das medidas socioeducativas.

**DIEGO SORGATTO**  
Deputado Estadual (PSDB)



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

Ao Sr. Dep. (s) Dimeryson Silveira  
**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 19 / 06 / 2018.

Presidente:



PROCESSO N.º : 2018002748  
INTERESSADO : DEPUTADO DIEGO SORGATTO  
ASSUNTO : Altera a denominação do cargo que especifica.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Diego Sorgatto, que altera a denominação do cargo que especifica.

Consoante justificativa que acompanha a propositura, a finalidade do projeto de lei é alterar a nomenclatura do cargo de Educador Social para Agente de Segurança Socioeducativo.

Informa que a nomenclatura pretendida atende melhor a função exercida pelos mesmos que zelam pela integridade física, mental e emocional dos adolescentes em regime de internação e semiaberto; atuam no processo de reinserção social deles, garantem a integridade do patrimônio e a segurança dos servidores em exercício nas unidades de atendimento e asseguram o cumprimento das medidas socioeducativas.

### **Essa é a síntese da presente propositura.**

Ao analisarmos o presente projeto de lei, verificamos que o mesmo não incide nas matérias de competência legislativa privativa do Governador constantes do art. 20, da Constituição Estadual.

Portanto, não vislumbramos qualquer óbice jurídico que impeça a aprovação da propositura em análise, a qual revela-se compatível com o sistema constitucional vigente.

Pelas razões explanadas, somos pela **aprovação** da propositura em pauta. **É o relatório.**

SALA DAS COMISSÕES, em 19 de junho de 2018.

DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA

Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 2748/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 04 / 12 / 2018.

Presidente:

*[Handwritten signature of the President]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*